

Mercado de trabalho e dinâmica demográfica: uma análise das características socioeconômicas e regionais da inserção laboral do jovem

Ana Clara Ramos Simões¹
Carolina Guinesi Mattos Borges²
Tomás de Faria Balbino³
Mariângela Furlan Antigo⁴

Área Temática: 2. Demografia

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar o mercado de trabalho de jovens entre 18 e 24 anos a partir dos dados da PNAD Contínua Trimestral, no período 2012-2021. Para tal, foram estimados modelos logit multinomiais, por sexo, com o objetivo de mensurar como a probabilidade de ocupação de jovens é afetada por fatores individuais, domiciliares e macroeconômicos. As regiões Norte e Nordeste apresentaram jovens mais vulneráveis e ampla força de trabalho potencial, portanto oferecer oportunidades adequadas para esse grupo representa, por meio do aproveitamento do “bônus demográfico”, uma forma de redução da desigualdade e promoção do desenvolvimento.

Palavras-chave: jovens, mercado de trabalho, vulnerabilidade, bônus demográfico.

Abstract: This paper aims to analyze the labor market of youth of 18-24 years old using PNAD Quarterly Continuous data, for the period 2012-2021. To this end, multinomial logit models were estimated, by gender, with the objective of measuring how the probability of youth occupation is affected by individual, household, and macroeconomic factors. The North and Northeast regions showed more vulnerable youth and a large potential labor force, so providing adequate opportunities for this group represents, by taking advantage of the "demographic bonus," a way to reduce inequality and promote development.

Keywords: youth, labor market, vulnerability, demographic bonus.

¹ Mestranda em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG)

² Mestranda em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG)

³ Doutorando em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG)

⁴ Professora na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG)

1. Introdução

No Brasil, os jovens têm apresentado, persistentemente, resultados piores do que os adultos no mercado de trabalho. Observam-se resultados inferiores tanto no âmbito da empregabilidade, quanto nos salários e nas condições de trabalho impostas a esse grupo (CORSEUIL *et al.*, 2020). Ao analisarem o mercado de trabalho de uma forma comparativa das duas recessões recentes no Brasil (crise de 2015 e a pandemia da Covid-19), Corseuil *et al.* (2021) destacam que, segundo faixas etárias, os jovens foram a parcela da população mais afetada pelas crises. Isto é, o cenário do jovem já infesto, conforme apontado pela OIT (2021), é agravado pelo contexto de recessão do Brasil

O mesmo contexto é observado no âmbito internacional: no período pré-pandemia da Covid-19, já se mostrava preocupante um aumento da vulnerabilidade da população jovem no mercado de trabalho, sobretudo em países em desenvolvimento. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a recessão gerada pela pandemia atingiu esse grupo de forma mais severa, alertando ao perigo de um “efeito cicatriz” geracional, em que jovens que já se encontravam fora do mercado e continuaram devido à pandemia tenham mais dificuldade de reentrar e sejam superados por coortes mais novas, originando uma disparidade permanente ao longo do tempo (OIT, 2021). Portanto, além das perdas oriundas das crises no mercado de trabalho, os jovens também enfrentam perdas oriundas dos impactos negativos da pandemia sobre a educação. A combinação desses fatores levanta a possibilidade de uma possível “geração perdida” de jovens.

Desse modo, o mercado de trabalho juvenil é uma importante dimensão para o estudo das dinâmicas demográficas. Diante da transição da estrutura etária observada no Brasil, com uma redução percentual dos grupos mais jovens e aumento percentual dos grupos mais velhos - fenômeno que se dá desde 1970 e deve perdurar até 2050 (CARVALHO *et al.*, 2005; CARVALHO *et al.*, 2008) -, o Brasil se encontra diante de uma janela de oportunidade, que é o bônus demográfico resultante das transições etárias. O bônus demográfico se dá, pois, no contexto de transição demográfica a razão de dependência⁵ diminui, o que permite o aumento de recursos para o investimento em setores públicos, como na educação básica. Com a redução percentual da população mais jovem, o gasto *per capita* com a educação tende a aumentar, o que gerará um maior retorno dos recursos investidos.

Atentando-se para a dimensão temporal, no que tange o ciclo de vida, a transição para a vida adulta, especialmente a chamada transição dos estudos para o trabalho, é destacadamente importante para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, como consequência, para a alocação destes na sociedade. A inserção precária (ou até mesmo a não inserção) dos jovens no mercado de trabalho podem ocasionar perdas individuais e coletivas. Da perspectiva das perdas coletivas, salienta-se que uma má alocação da força de trabalho juvenil pode ocasionar a perda de produtividade e de capital que, por sua vez, resultam em menor desenvolvimento econômico futuro para o país. Já da perspectiva individual, uma má inserção no mercado de trabalho pode resultar em vulnerabilidades que vão além do âmbito profissional, alcançando outras dimensões que impactam no cotidiano.

A inserção do jovem no mercado de trabalho possui uma relação intrínseca com a educação. Como aponta Barros (2021), no Brasil, jovens que não concluem a educação básica têm uma perda de 11% da sua remuneração, por ano de escolaridade perdido. Perdas na esperança e qualidade de vida chegam a cerca de R\$290 mil para cada jovem e R\$395 mil para a sociedade, ao longo da vida, o que ressalta as consequências geradas pela falta de investimento em políticas públicas adequadas para essa faixa etária.

Soma-se à dimensão temporal a relação entre população e meio ambiente, que agrega a dimensão de espaço presente nos processos sociais, também expressa no mercado de trabalho. Se do ponto de vista temporal a trajetória da população jovem será fundamental para os

⁵ A razão de dependência representa a razão entre a população economicamente dependente (pessoas abaixo dos 15 anos e acima dos 59) e a população economicamente ativa (PEA).

processos futuros, do ponto de vista espacial, a heterogeneidade e as desigualdades regionais do Brasil levantam questões sobre o mercado de trabalho. Quando se analisa indivíduos com os mesmos atributos físicos e econômicos, identifica-se uma remuneração diferente só por estarem localizados em regiões diferentes. Desse modo, juntamente às questões estruturais associadas à cor e gênero, o fator regional também é um condicionante das desigualdades observadas no mercado de trabalho brasileiro, fundamentando uma estrutura socioeconômica em que as mulheres negras das regiões Norte e Nordeste estão mais vulneráveis às crises no mercado de trabalho, como também ocupam os empregos menos qualificados e com menor remuneração.

Dessa forma, analisar a condição do jovem no mercado de trabalho, se atentando para as heterogeneidades regionais, nos permite observar que há um potencial de se aproveitar o bônus demográfico nas regiões em que o curso desse processo de redução da taxa de fecundidade foi mais tardio. Assim, regiões como o Norte e o Nordeste apresentam uma razão de dependência mais favorável a um bônus demográfico regional que poderia mitigar os efeitos das crises recentes observadas no país. Além disso, ao pensarmos no planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico, se atentando para as dimensões de tempo e espaço, a relação entre população e meio-ambiente é central (MARTINE, 1991), o que faz com que o estudo do mercado de trabalho jovem, a partir das características regionais, seja um indicador do potencial ecológico presente na janela de oportunidades gerada pelo bônus demográfico.

Portanto, o presente trabalho objetiva analisar características do mercado de trabalho jovem, levando em conta dimensões de tempo e espaço. Com isso, pretende-se jogar luz às desigualdades e potencialidades presentes na relação entre a juventude e o mercado de trabalho brasileiro, atentando-se para as mudanças temporais e padrões espaciais observados na última década.

2. Revisão bibliográfica

Muitos dos estudos sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, especialmente em relação às possibilidades dentro do mercado de trabalho, estão ancorados às teorias que buscam explicar o mercado de trabalho. Uma grande parte da literatura analisa a duração do desemprego e a transição para as diversas possibilidades dentro do mercado de trabalho: ocupação, desocupação, inatividade, subocupação por horas insuficientes de trabalho, desalento etc. Pereira, Orellana e Aragón (2019), por exemplo, utilizam modelos paramétricos e não paramétricos para analisar quais são os determinantes da duração do desemprego e na transição para o emprego ou para a inatividade dos jovens de 16 a 29 anos no mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018. De modo geral, os adultos possuem maior probabilidade de transitar do desemprego para o emprego do que os jovens. Na mesma linha, Reis (2015) ao investigar os fatores associados à probabilidade de transição do desemprego para o primeiro emprego dos jovens utilizando os dados da PME entre 2006 e 2012, encontra que adultos possuem 70% mais chance de sair do desemprego do que jovens que nunca trabalharam. Além disso, ao analisar a qualidade do emprego obtido, Reis (2015) encontra que tanto os jovens que nunca trabalharam, quanto os que estiveram inseridos no mercado de trabalho previamente, possuem maiores chances de estarem em empregos informais. É importante destacar, no entanto, que há disparidades socioeconômicas no grupo dos jovens. Por um lado, indivíduos mais escolarizados (com ensino superior e pós-graduação), com 19 anos ou mais, chefes de domicílios, cônjuges e indivíduos pertencentes a domicílios com maior número de crianças apresentam maiores chances de conseguir um emprego. Por outro lado, mulheres, indivíduos com ensino fundamental ou médio incompleto e pertencentes a domicílios com um menor número de trabalhadores apresentam maiores probabilidades de transitar para a inatividade (PEREIRA, ORELLANA E ARAGÓN, 2019).

As teorias de informação assimétrica também buscam explicar o mercado de trabalho, dado que a ausência ou a menor sinalização de informação produtiva (a assimetria de informação) influencia a decisão do empregador na hora da contratação. Reis e Camargo (2005)

propõem a hipótese de que os elevados níveis de desemprego entre os jovens e trabalhadores semi-qualificados no Brasil decorrem justamente da assimetria de informação presente. Assim, os jovens possuem uma desvantagem em relação aos demais grupos etários, uma vez que é mais difícil determinar o nível de produtividade dos indivíduos com pouca ou, muitas vezes, nenhuma experiência no mercado de trabalho, culminando em taxas de desocupação mais elevadas. Além disso, grupos com níveis de escolaridade média, ou semi-qualificados, também são mais afetados pela assimetria de informação no mercado de trabalho do que os grupos com demais níveis de escolaridade. Isso decorre do fato de que, enquanto os trabalhadores não qualificados são um grupo homogêneo com produtividade relativamente baixa e os trabalhadores qualificados sinalizam através da escolaridade e da instituição frequentada sua produtividade, os semi-qualificados têm dificuldade em sinalizar aos empregadores a sua real produtividade e a informação disponível acerca desse grupo é mais difícil de ser obtida. Os autores confirmam a hipótese teórica através das evidências empíricas obtidas com o uso da PNAD de 1999 para calcular medidas de desigualdade dos rendimentos para diferentes faixas etárias e para diferentes grupos de qualificação. Os jovens e os trabalhadores semi-qualificados estão mais suscetíveis a maiores taxas de desemprego e maior dispersão de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro (REIS E CAMARGO, 2005).

Dentre os fatores que influenciam a parcela de jovens ocupados, Corseuil e França (2015) colocam que dois merecem destaque: as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ou seja, a dificuldade em conseguir uma ocupação; e o grau de interesse do jovem em ingressar no mercado de trabalho. Nesse prisma, o grau de interesse de ingresso no mercado de trabalho está diretamente associado com a possibilidade de permanecer estudando, dado que estudo e trabalho “concorrem” na escolha de alocação do tempo dos jovens. Nessa ótica, diversos estudos analisam a probabilidade de alocação do tempo dos jovens, com um enfoque na transição para a vida adulta e naqueles que não estudam e não trabalham (conhecidos como nem-nem). Camarano (2006) utiliza os microdados do censo demográfico entre 1980 e 2000 para estimar a probabilidade de o jovem, entre 15 e 29 anos, não trabalhar e não estudar. Os resultados demonstram que a educação diminui a probabilidade de um indivíduo se tornar nem-nem. Corroborando com estes resultados, Menezes-Filho, Cabanas e Komatsu (2013) apontam que os jovens que não completaram o ensino médio possuem maiores probabilidades, tanto de serem nem-nem, quanto de ficarem nesta posição por mais tempo nos biênios de 2003/2004 e 2010/2011. Com os dados da PME, autores mostraram através de matrizes de transição que o tempo médio em que os jovens se encontravam como “jovens nem-nem” aumentou substancialmente para homens e mulheres ao longo dos anos.

Os fatores domiciliares também são determinantes nas probabilidades dos jovens não se encontrarem nem trabalhando, nem estudando. Domicílios que apresentam jovens nesta posição tendem a possuir menores níveis de renda (CAMARANO, 2006). Os resultados de Cabanas, Komatsu e Menezes-Filho, (2015), obtidos através de um modelo multinomial para o status dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos, entre 1992 e 2012, também indicam que o aumento no nível da renda domiciliar reduz o custo de oportunidade de o jovem apenas estudar. Além disso, a presença de idosos e crianças no domicílio também impactam positivamente esta probabilidade (MENEZES-FILHO, CABANAS e KOMATSU, 2013). Nesse prisma, Vieira *et al.* (2016) buscam entender como as características socioeconômicas (renda e trabalho) dos pais afetam a decisão dos jovens que vivem com a mãe e/ou com o pai entre trabalhar e estudar com os dados da PNAD entre 1992 e 2013. Corroborando com os estudos previamente citados, os resultados demonstram que a probabilidade de o jovem estudar ou ofertar trabalho aumenta com a presença de um adulto no domicílio e diminui com a presença de idosos ou crianças. Além disso, a probabilidade do jovem ser nem-nem ou somente participar da população economicamente ativa diminui quando os pais se encontram ocupados e quando se observa um aumento na renda dos mesmos. Contudo, a renda da mãe resulta em efeitos mais positivos na probabilidade de o jovem somente estudar do que a renda do pai.

Por fim, a experiência dos jovens no mercado de trabalho pode influenciar a experiência futura (experiência durante a vida adulta) no mercado de trabalho. Desta forma, o efeito do desemprego sobre a empregabilidade futura, isto é, o efeito cicatriz, é um fator de extrema relevância quando analisa-se a inserção dos jovens no mercado de trabalho, pois esse fenômeno pode ocasionar tanto perdas individuais quanto perdas coletivas (má aproveitamento da força de trabalho e perda de ganhos de produtividade e de capital que resultam em menor desenvolvimento econômico). Cruces *et al.* (2012) estudam como o desemprego e a informalidade durante a juventude se relacionam com a informalidade e o desemprego e a hora de salário na vida adulta no mercado de trabalho brasileiro. Para isto, os autores desenvolveram um pseudo-painel utilizando a PNAD entre 1981 e 2009 para acompanhar 11 coortes ao longo do período. Os resultados demonstram que há um efeito cicatriz no mercado de trabalho: informalidade e desemprego juvenil ocasionam efeitos nos resultados do mercado de trabalho (piores rendimentos do trabalho e mais dificuldade em encontrar emprego) durante a vida adulta. Os autores ressaltam que esse efeito cicatriz é mais intenso nos primeiros anos de inserção profissional. Um outro aspecto interessante é a diferença na penalidade dos salários e na empregabilidade resultante de diferentes níveis de qualificação. Jovens com menores níveis de qualificação possuem um efeito mais perverso de perdas salariais e maior duração do efeito cicatriz sob a inserção profissional no mercado de trabalho (CRUCES *et al.*, 2012).

Da mesma maneira, Cacciamali e Tatei (2017) analisam os efeitos da desocupação e da informalidade entre os jovens cujas famílias recebem o benefício do Programa Bolsa Família de 15 a 29 anos sobre os rendimentos do trabalho e as chances de ocupação adulta. Segundo os autores, como o desemprego juvenil brasileiro recai mais intensamente sobre os estratos mais pobres da população, uma forma de restringir a amostra a esse grupo foi utilizar o PBF como referência. Para isto, os autores utilizaram a PNAD entre os anos de 2003 e 2012 para criar um pseudo painel. Os resultados indicam que a informalidade e a desocupação juvenil apresentam efeitos na empregabilidade e no rendimento esperado futuros (ao menos nos primeiros anos). Assim, a má inserção dos jovens no mercado de trabalho ocasionam efeitos de longo prazo que podem ser muito negativos. É interessante destacar que os autores encontram uma relação positiva entre escolaridade e ocupação: um ano a mais de estudo ocasiona um aumento na taxa de ocupação adulta de 4,25%, ampliando, portanto, as oportunidades de inserção no mercado de trabalho brasileiro.

A contextualização das características da população jovem no mercado de trabalho brasileiro é importante para a compreensão das dinâmicas populacionais no tempo e no espaço, tendo em vista a variabilidade e a mobilidade da população nessa faixa etária e a heterogeneidade do território brasileiro. Atualmente, o Brasil ainda vivencia um período de bônus demográfico, em que a estrutura etária do país favorece o crescimento econômico a medida em que pode ocorrer aumento das receitas e redução dos gastos públicos, resultando em aumento da poupança, que pode ser utilizada como investimento e políticas públicas que intensifiquem o aproveitamento dessa “janela de oportunidade”.

Por outro lado, a redução da razão de dependência apenas se transforma em ganhos sociais e econômicos por meio de uma alocação eficiente do potencial produtivo. No contexto brasileiro, sobretudo a partir do quadro de recessão econômica desde meados de 2014, esse aproveitamento do potencial bônus demográfico não têm ocorrido, diante das altas taxas de desemprego. A partir de estudos demográficos recentes, o período de bônus poderia se estender até 2037, porém, agravado pelo contexto de recessão e pela pandemia da Covid-19, há indícios ainda maiores de que pode ocorrer um fim precoce desse período de bônus demográfico (ALVES, 2020).

Outro contexto facilitador para o fim do bônus demográfico é a violência e a criminalidade em que os jovens são centrais nesse cenário, no papel de vítima e perpetrador. Segundo o Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2021) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 51,3% das vítimas dos homicídios que ocorreram no Brasil em 2019 são jovens entre 15 e 29 anos. Ao analisar a relação entre demografia e homicídios, Cerqueira e Moura (2014B)

verificaram que o aumento em 1% na proporção de homens jovens (15 a 29 anos) tem o potencial de aumentar 2% na taxa de homicídio. Segundo Cerqueira e Moura (2014A; 2019), esse contexto está diretamente ligado a altas taxas de desemprego e rotatividade no mercado de trabalho. Portanto, a redução da vulnerabilidade do jovem no mercado de trabalho pode favorecer o aproveitamento do bônus demográfico por meio de duas vias: aumentando a produtividade dessa parcela da população e reduzindo as perdas geradas por homicídios e criminalidade.

Ainda no contexto de transição da estrutura etária do Brasil, a heterogeneidade econômica e os diferentes ritmos de desenvolvimento das regiões apontam para uma transição heterogênea no tempo e no espaço. Nesse prisma, as diferentes regiões brasileiras apresentaram diferentes processos de queda de fecundidade: as regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, começaram a ter uma redução na fecundidade em 1930/1940, ao passo que regiões como Norte e Nordeste apresentaram aumento da fecundidade até o início da década de 1960 (FRIAS E OLIVEIRA, 1991; GONÇALVES *et al.*, 2019). Frias e Oliveira (1991) colocam que a partir da década de 1960, todas as regiões começaram a apresentar declínio nas taxas de fecundidade. Ainda que a diferença regional da redução das taxas de fecundidades tenha diminuído, pode-se dizer que essas diferenças também ocasionam diferentes momentos de bônus demográfico.

As diferenças regionais observadas a partir dos indicadores demográficos refletem as desigualdades resultantes da formação social e regional do território brasileiro, tal como descreve Furtado (1977). Considerando que a distribuição populacional tende a acompanhar a distribuição econômica no espaço, a concentração regional brasileira, oriunda das atividades econômicas industriais, gerou desequilíbrios socioeconômicos, fazendo das grandes metrópoles e cidades brasileiras o principal destino das migrações, sendo a concentração urbana a grande definidora da distribuição espacial da população. É um processo que reflete a concentração das atividades econômicas industriais do país, que apesar de passarem por um processo de desconcentração na década de 1970, mantêm-se na região Sudeste-Sul do Brasil (DINIZ, 1993).

Analisar o mercado de trabalho por essa dimensão espaço-temporal é importante, tendo em vista que nossas desigualdades sociais e regionais estão imbricadas em uma formação socioeconômica excludente e concentradora, fundamentada no domínio político de classes que replicaram um paradigma de crescimento econômico sem a devida participação democrática, baseando-se em princípios e valores de grupos patriarcais, escravocratas e conservadores, levando assim a um processo de expropriação, exploração e exclusão de grande parte da população brasileira. A história dos povos tradicionais - como dos quilombolas, dos indígenas e dos ribeirinhos - e da população camponesa representa as consequências sociais da formação econômica do país, o que os condicionam à posição de exclusão diante de um processo de concentração de renda e de terra. A localização espacial dos povos supracitados aponta para a relação dos grupos sociais com a questão regional. A maior incidência de povos tradicionais e da população rural nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em relação às outras regiões do país, como também os menores índices socioeconômicos, apontam para a totalidade do fenômeno da desigualdade no Brasil, sendo que, ao se tratar das questões regionais, também se trata das questões sociais. Dessa forma, estrutura-se uma sociedade desigual em que o ônus da desigualdade recai sobre a população negra, indígena, feminina, rural - dentre outros grupos minoritários -, localizados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, e, no âmbito do mercado de trabalho, também alcança a população jovem, o que se intensifica em situações de crise econômica, como no caso da gerada pela Covid-19 (NERI, 2021).

Neste contexto, a desigualdade regional se apresenta como mais uma camada caracterizadora das desigualdades brasileiras, que do ponto de vista demográfico, diz muito sobre a relação entre população e meio ambiente (MARTINE, 1991). Como apresenta Martine (1991), a relação entre população e meio ambiente, anteriormente fundamentada em uma visão neomalthusiana de controle populacional para a resolução das questões ambientais, passa a ter no processo de redistribuição espacial - tanto das atividades econômicas como da população -,

uma dimensão muito mais concreta para a resolução dessas questões, a partir das mudanças na forma de utilização dos recursos. Diante das diferentes formas de interação entre as variáveis demográficas e ecológicas, como também das especificidades regionais do país, joga-se luz à necessidade de analisar a relação população-ambiente em contextos que sejam mais amplos, porém, mais desagregados (MARTINE, 1991).

Desse modo, a condição dos jovens no mercado de trabalho torna-se ainda mais relevante, uma vez que por trás das diferenças regionais está a diversidade de cada região. No caso das regiões Norte e Nordeste, a diversidade regional é composta por territórios, práticas e saberes com forte potencial para impulsionar uma trajetória de desenvolvimento sustentável e incluyente. Assim, o bônus demográfico se associa à crescente necessidade de criar empregos decentes voltados à recuperação e manutenção da biodiversidade, como também à garantia de serviços básicos que sejam ambientalmente sustentáveis, como o saneamento básico, gargalo social que impacta ainda mais as regiões do norte do país.

3. Metodologia e estatística descritiva

A base de dados utilizada neste trabalho é a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua Trimestral (PNADC/T), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o período de 2012 a 2021. Uma das principais vantagens do banco de dados gerado por essa pesquisa é a possibilidade de se fazer o acompanhamento do indivíduo ao longo do tempo, por um período de até um ano.

Para fins deste trabalho, considerou-se o painel formado pela primeira e pela segunda entrevista dos dados da PNADC/T, possibilitando acompanhar os indivíduos por um trimestre. Para o pareamento das entrevistas foram consideradas as seguintes variáveis da PNAD Contínua: Unidade da Federação (UF), Unidade Primária de Amostragem (UPA), Estrato, Número do Domicílio, Painel, Sexo, Ano de Nascimento, Mês de Nascimento e Dia da Nascimento. Foram pareadas em torno de 75% das observações entre as duas entrevistas no período.

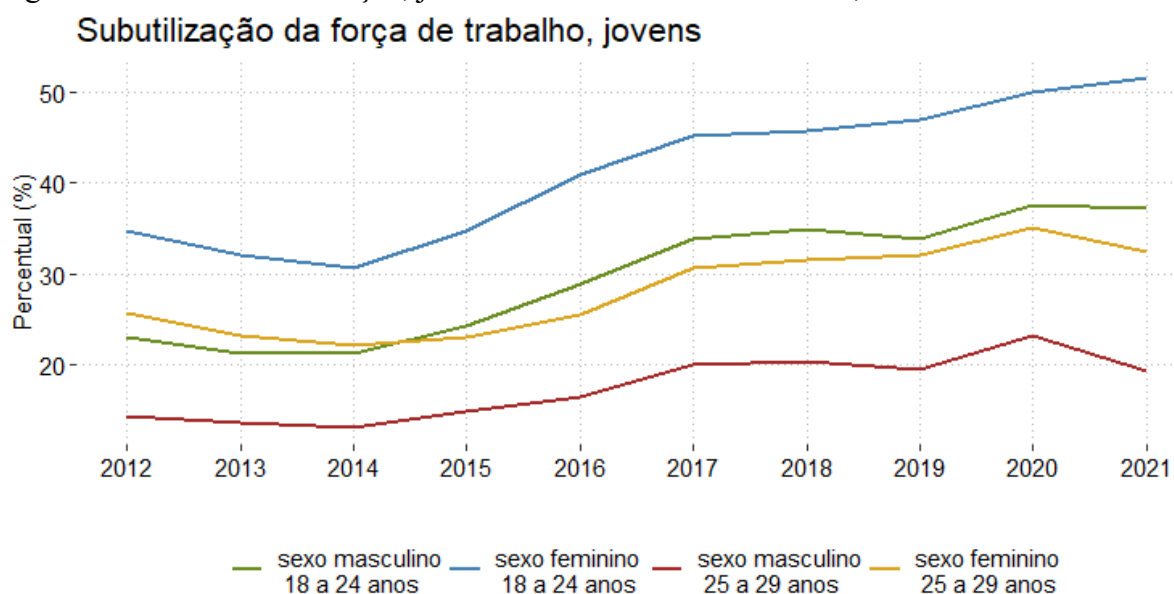
A análise abarca a subutilização da força de trabalho constituída pelos seguintes indicadores: subocupação por horas trabalhadas, pessoas desocupadas, e, força de trabalho potencial. Para tanto, parte-se da definição do IBGE em que a subocupação por insuficiência de horas habitualmente trabalhadas é formada por pessoas que trabalhavam menos de 40 horas semanais, gostariam de trabalhar mais, e, estavam disponíveis para trabalhar mais. Por sua vez, pessoas desocupadas são aquelas que tomaram providência para conseguir trabalho nos últimos 30 dias e estavam disponíveis para assumir. Também incorpora aqueles que não tomaram providência, pois já haviam conseguido um trabalho e iriam começar em menos de quatro meses. Ainda, a força de trabalho potencial com relação à força de trabalho ampliada (força de trabalho e força de trabalho potencial), constitui-se de pessoas que realizaram busca, mas não estavam disponíveis para trabalhar, e, daqueles que não realizaram busca, mas gostariam de ter trabalho e estavam disponíveis para trabalhar. Caracteriza-se, assim, por pessoas que não estavam nem ocupadas nem desocupadas, mas apresentam potencial de se transformar em força de trabalho.

A metodologia adotada baseia-se em uma análise econométrica multivariada, através de um modelo Logit Multinomial com dados empilhados para todo o período. Com esse modelo é possível entender como as mudanças no conjunto de variáveis individuais e macroeconômicas afetam a probabilidade de um indivíduo encontrar-se ocupado, subocupado, desocupado, na força de trabalho potencial ou inativo. Para tanto, as variáveis explicativas abarcadas pelo modelo são: categoria no período da primeira entrevista, isto é, estar ocupado, desocupado, na força de trabalho potencial ou pertencer aos demais inativos; cor; condição no domicílio; anos de estudo; idade; área urbana ou rural; região metropolitana ou resto da UF; grandes regiões, e, ainda, dummies anuais de 2012 a 2021. Os modelos foram estimados separadamente para jovens do sexo masculino e do sexo feminino com idade entre 18 e 24 anos.

Os resultados presentes na Figura 1 mostram o percentual de jovens na subutilização, isto é, subocupados por horas trabalhadas, desocupados ou na força de trabalho potencial, dentro dos subgrupos divididos por sexo e faixa etária, de forma longitudinal, entre 2012 e 2021. É possível perceber que todos os subgrupos apresentam tendência semelhante, com aumento significativo de indivíduos subutilizados a partir da crise econômica em meados de 2014.

Jovens do sexo feminino entre 18 e 24 anos são as mais vulneráveis, visto que a taxa de subutilização entre esse grupo é consideravelmente maior em relação aos demais subgrupos. Por outro lado, jovens do sexo masculino entre 18 e 24 anos apresentavam taxa de subutilização semelhante ao subgrupo de mulheres entre 25 e 29 anos, sendo marginalmente maior entre o segundo grupo, porém, a partir da recessão de 2015, o primeiro grupo passou a apresentar maior percentual na subutilização. Tal resultado sugere que a crise teve impacto maior entre os mais novos, de forma que a idade foi um efeito mais determinante do que o sexo. Em contrapartida, os jovens do sexo masculino entre 25 e 29 anos apresentam subutilização consideravelmente menor que os demais grupos, enquanto em 2021, este grupo possuía cerca de 20% de indivíduos na subutilização, jovens do sexo feminino entre 18 e 24 anos, o subgrupo mais vulnerável, possuía mais de 50% na mesma situação. Portanto, apesar do alto percentual de jovens subutilizados no mercado de trabalho, quando analisado por grupos, há uma desigualdade muito relevante entre eles, com maior vulnerabilidade dos jovens entre 18 e 24 anos, sobretudo se pertencerem ao sexo feminino.

Figura 1: Taxa de subutilização, jovens sexo masculino e feminino, faixa etária

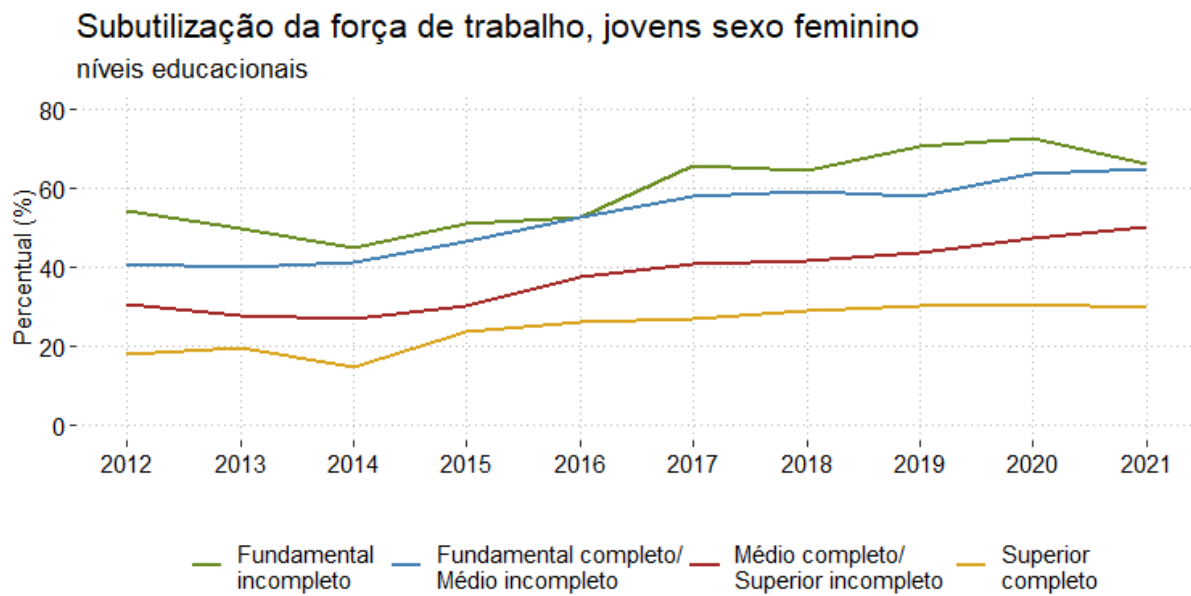
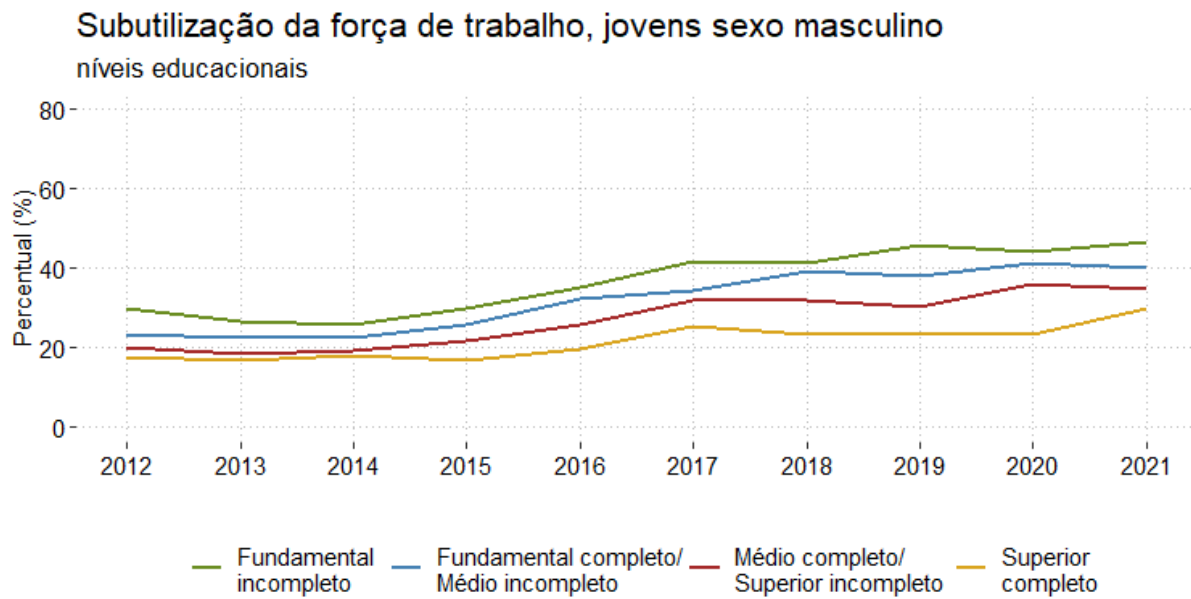


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD/T.

A Figura 2 apresenta os gráficos da taxa de subutilização para o mesmo período, dividido por sexo e escolaridade. Observa-se, de imediato, que jovens do sexo feminino logram resultados sistematicamente superiores aos do sexo masculino ao longo do tempo, o que resulta, portanto, em uma maior taxa de subutilização da força de trabalho feminina. Dado que a taxa de subutilização engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas, podemos afirmar que, se de um lado temos que as jovens do sexo feminino possuem um forte potencial de adição ao mercado de trabalho brasileiro e à criação de valor à economia brasileira, temos de outro um escancaramento das desigualdades de gênero presentes neste mercado: as maiores taxas de subocupação para mulheres indicam a maior vulnerabilidade deste grupo ao longo dos anos.

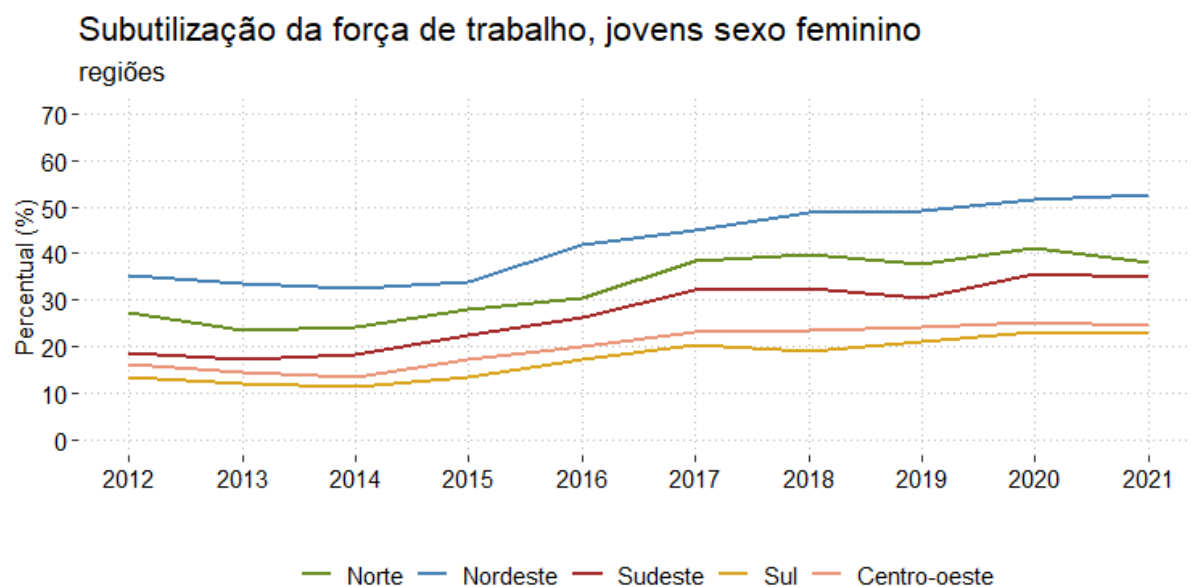
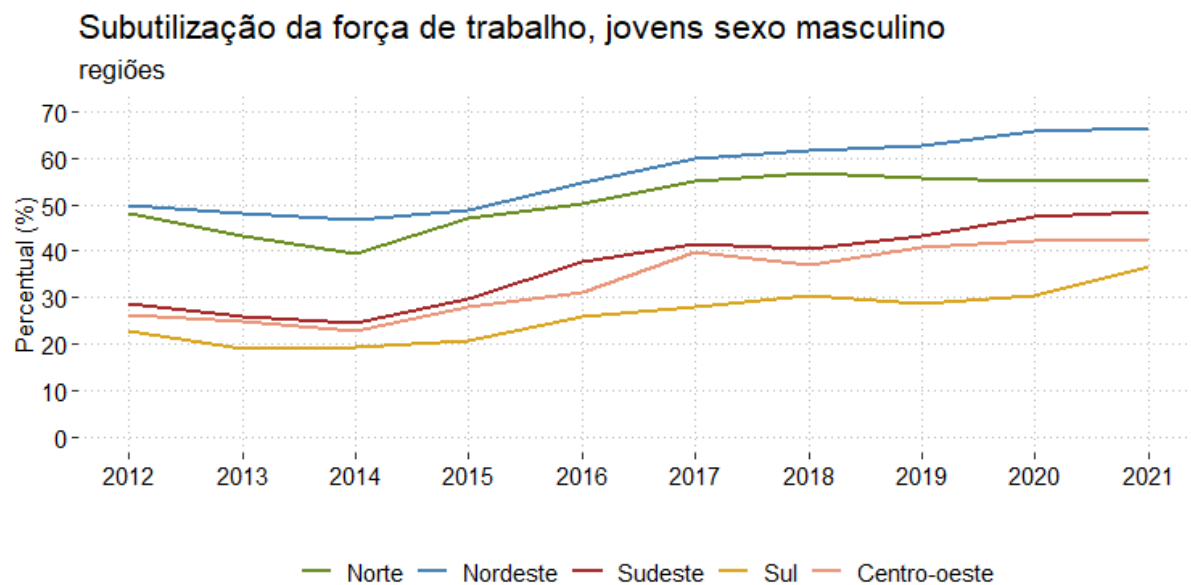
Ademais, a análise dos níveis de escolaridade indicam que, independente do sexo, jovens com fundamental incompleto e fundamental completo/médio incompleto apresentam maiores taxas de subutilização ao longo do tempo do que os demais níveis de escolaridade. Esse resultado também indica o que se observa na literatura, de que indivíduos menos escolarizados apresentam maior vulnerabilidade no mercado de trabalho e maiores chances de estarem desocupados, subocupados ou na força de trabalho potencial. É interessante observar que da recessão de 2015 em diante houve uma forte tendência de aumento na taxa de jovens subutilizados, com valores superiores a 30% para jovens do sexo masculino com fundamental incompleto e fundamental completo/médio incompleto e com valores superiores a 40% para jovens do sexo feminino com fundamental incompleto e fundamental completo/médio incompleto. Essa análise demonstra a importância de um olhar atento às políticas de inclusão no mercado de trabalho voltadas para jovens menos escolarizados. A maior taxa de subutilização de jovens com ensino fundamental incompleto e fundamental completo/médio incompleto parecem indicar a necessidade de um melhor entendimento de como ocorre a transição da escola para o mercado de trabalho caso se queira aproveitar essa força de trabalho potencial.

Figura 2: Taxa de subutilização, jovens sexo masculino e feminino, níveis educacionais



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD/T.

Figura 3: Taxa de subutilização, jovens sexo masculino e feminino, regiões



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD/T.

Por fim, ao analisar a taxa de subutilização por região e por sexo, a partir da Figura 3, o efeito regional é notório: as regiões Nordeste e Norte apresentam as maiores taxas de subutilização e, no caso das mulheres, a taxa de subutilização ao longo dos anos é ainda mais exacerbada. Essa tendência regional era observada mesmo antes da recessão de 2015, evidenciando não só um efeito estrutural de desenvolvimento econômico nas regiões do país, mas um potencial de aproveitamento futuro nessas regiões. Se, por um lado, essas localidades apresentam altas taxas de subutilização, são também essas regiões que apresentam potencial de aproveitamento da força de trabalho. Acrescido a isso, essas regiões possuem maior número de jovens e, portanto, apresentam a possibilidade de aproveitamento da janela de oportunidade fornecida pelo bônus demográfico regional. Dessa forma, visto de outra maneira, há uma oportunidade dupla de crescimento econômico nessas regiões se houver investimento nos jovens e nos postos de trabalho.

4. Resultados

Além dessas análises, também foi possível observar por meio das regressões multinomiais⁶ a importância de variáveis de controle individuais, domiciliares e de conjuntura para caracterizar a vulnerabilidade do jovem brasileiro no mercado de trabalho, nas dimensões de tempo e espaço. Os resultados presentes na Figura 4 apresentam os efeitos marginais da conjuntura de jovens do sexo masculino e feminino para cada estado do mercado de trabalho (ocupado, subocupado, desocupado, na força de trabalho potencial e inativo). Jovens de ambos os sexos sofreram efeitos similares ao longo do tempo, tanto a crise econômica que se iniciou em 2015, quanto o agravamento da recessão devido à pandemia teve um efeito consideravelmente negativo para ambos os grupos, com aumento da probabilidade de estarem na desocupação, inatividade, força de trabalho potencial e subocupação e queda da probabilidade de estarem ocupados. Apesar de mulheres serem sobrerrepresentadas na desocupação e na inatividade, elas possuem maior nível educacional em relação aos homens, o que pode ser um fator determinante para o segundo grupo apresentar resultados mais negativos (IBGE, 2020).

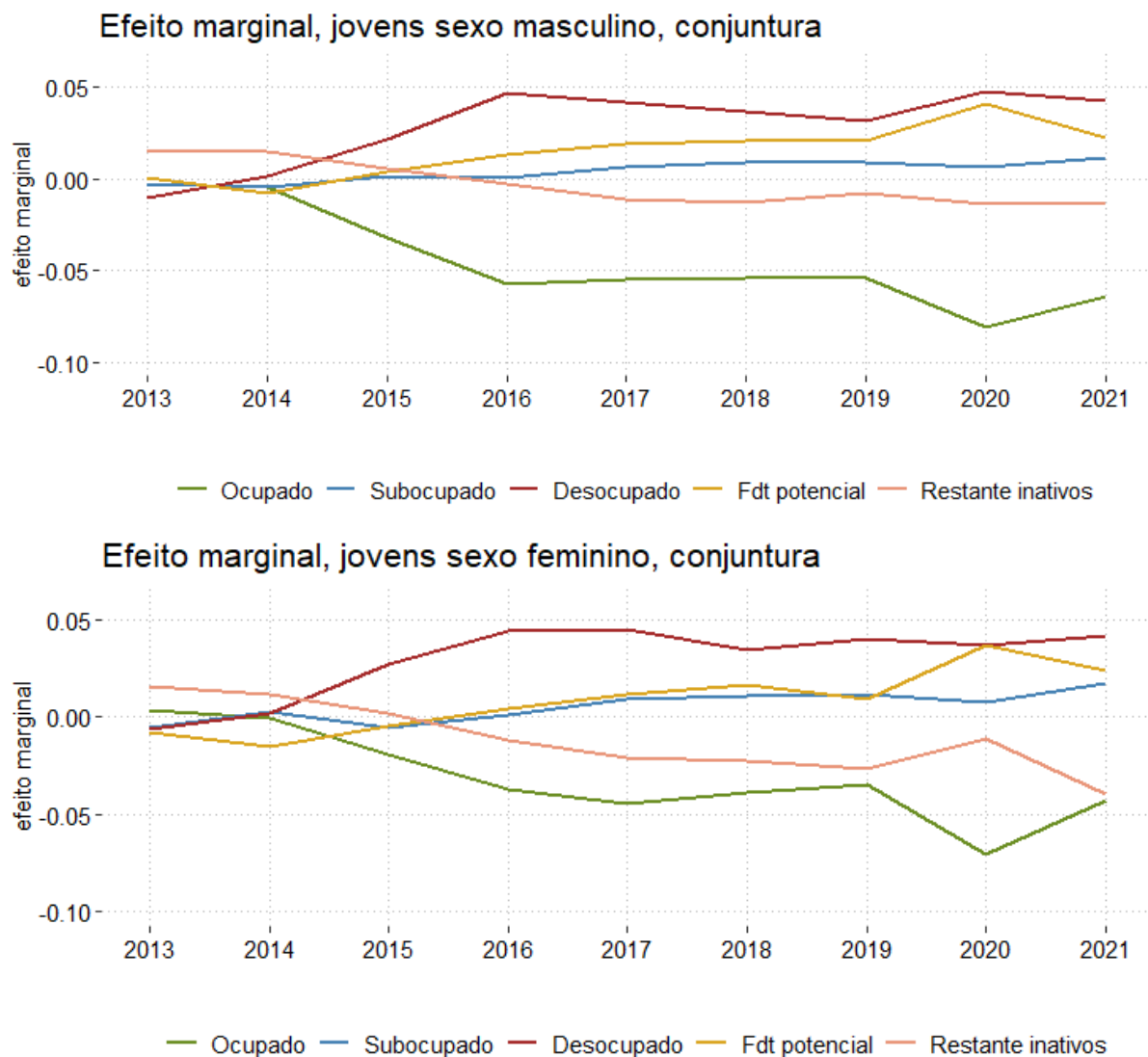
É possível observar que o efeito da pandemia em 2020 e o início da recuperação do emprego em 2021 foi diferente para cada sexo. Jovens do sexo feminino aumentaram a probabilidade de estarem na inatividade em 2020, enquanto isso não ocorreu para jovens do sexo masculino. Por outro lado, com o início do retorno das atividades em 2021, as mulheres tiveram uma queda significativa na probabilidade de estarem na inatividade, o que não ocorreu para o outro grupo, e aumento da probabilidade de estarem ocupadas, o que ocorreu para os homens, mas em menor magnitude. Ademais, enquanto jovens do sexo masculino reduziram a probabilidade de estarem desocupados, o mesmo não ocorreu para o sexo feminino, que diante do retorno à PEA, aumentou a probabilidade de desocupação. Por fim, a redução da probabilidade de estar na força de trabalho potencial em 2021 ocorreu para ambos os grupos, mas em maior magnitude para os homens, e aumento na probabilidade de estar na subocupação também ocorreu para ambos os grupos, porém em maior escala para as mulheres.

Uma hipótese que justifica esses resultados seria que há maior percentual de mulheres do que homens que exercem ocupações de maior interação, que foram as atividades que sofreram maior queda na pandemia, enquanto há maior percentual de homens que exercem atividades analíticas, que foram atividades menos afetadas, por serem mais simples de serem executadas em home office. Além disso, na maior parte dos domicílios, mulheres são consideradas o trabalhador adicional⁷, dessa forma, a redução da oferta de serviços como creche e escolas devido à pandemia impactou mais na participação no mercado de trabalho desse grupo. Portanto, tanto a maior probabilidade de estar na inatividade em 2020 e maior recuperação na probabilidade de estar ocupado por parte de jovens do sexo feminino pode ser explicado pela maior participação desse grupo em atividades de maior interação e pelo retorno de serviços como creche e escolas presenciais (ALBANESI e KIM, 2021). Ademais, cabe ressaltar que a maior recuperação da ocupação por parte das mulheres não pode ser considerado como um indicador de menor vulnerabilidade desse grupo, visto que, grande parte ocorre devido à redução da inatividade, precedido por um aumento significativo deste no ano anterior, e, ainda, veio acompanhada de aumento na desocupação e na subocupação.

Figura 4: Efeito marginal, jovens sexo masculino e feminino, conjuntura (2012 como referência)

⁶ As tabelas de resultados das regressões multinomiais estão disponíveis no Anexo.

⁷ Segundo Jacinto e Caetano (2011), mulheres cônjuges que não são chefes de domicílio entrariam no mercado de trabalho como forma de complementar a renda familiar, de forma que, as mulheres seriam o trabalhador adicional, enquanto os homens seriam o trabalhador principal do domicílio.

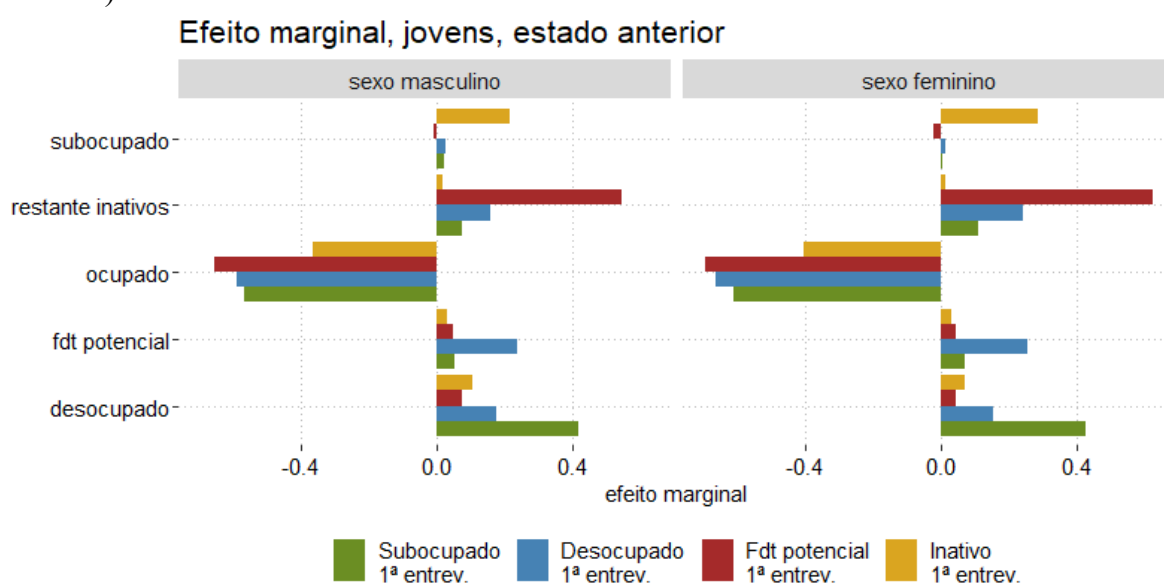


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD/T.

Os resultados contidos na Figura 5 representam os efeitos marginais para cada estado do mercado de trabalho a partir da posição do jovem no mercado de trabalho na primeira entrevista por sexo, em que a ocupação na primeira entrevista é a referência. Observa-se que jovens do sexo feminino encontram-se ou piores ou na mesma situação de vulnerabilidade que os homens e é interessante notar que a posição do jovem no mercado de trabalho na primeira entrevista aumenta a chance do jovem se encontrar nessa mesma posição na segunda entrevista, independente do sexo. As chances de transição para a ocupação na segunda entrevista são mais baixas, independente do sexo, mas com maior efeito para o sexo feminino, para os jovens que estão na inatividade, seguidos da força de trabalho potencial, da desocupação e, por fim, da subocupação na primeira entrevista. Ademais, é interessante notar que há uma forte dependência com o estado prévio no mercado de trabalho: os indivíduos apresentam maiores probabilidades de estarem na segunda entrevista no mesmo estado que estavam no mercado de trabalho na primeira entrevista, evidenciando, portanto, dificuldade de mobilidade entre os estados. Esse resultado corrobora com os resultados encontrados por Cruces *et al.* (2012), que apontam que o desemprego juvenil ocasiona um efeito cicatriz no mercado de trabalho, tanto de dificuldade de encontrar emprego nos períodos subsequentes, quanto em piores rendimentos do trabalho.

Observa-se, também, que esse efeito de dependência é mais exacerbado para os inativos, sobretudo para jovens do sexo feminino. Isso pode resultar do fato de que os inativos estão apenas marginalmente associados ao mercado de trabalho, apresentando maiores dificuldades de transição para os outros estados do mercado de trabalho. Além disso, o resultado de que as mulheres apresentam maiores probabilidades de permanecer na inatividade do que os homens vai ao encontro de Pereira, Orellana e Aragón (2019), que também apontam que as mulheres apresentam maiores probabilidades de transitar para a inatividade do que os homens. Por fim, os indivíduos que eram classificados como força de trabalho potencial na primeira entrevista apresentavam, aproximadamente, 23% de chance de se encontrarem nessa mesma posição na segunda entrevista, evidenciando a importância de políticas públicas voltadas para esse grupo para que se possa aproveitar o potencial desse grupo no mercado de trabalho.

Figura 5: Efeito marginal, jovens sexo masculino e feminino, estado anterior (ocupado como referência)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD/T.

A Figura 6 apresenta os efeitos marginais para cada estado de acordo com os níveis educacionais, utilizando como referência possuir até fundamental incompleto. Em relação à força de trabalho potencial, jovens do sexo masculino que possuem até ensino médio incompleto possuem efeito marginal levemente positivo, enquanto jovens do sexo feminino possuem efeito marginal levemente negativo. Para os níveis educacionais mais elevados, ambos possuem efeito marginal negativo e este se reduz conforme o nível educacional aumenta.

Em relação à desocupação, mulheres se deparam com um cenário mais difícil do que homens, sendo que, mulheres apresentam efeito marginal positivo e maior que homens em todos os níveis educacionais, enquanto homens com ensino superior apresentam efeito marginal negativo. Ainda, para as jovens do sexo feminino, os indivíduos com menor probabilidade de estar desocupados são os que possuem ensino médio completo ou superior incompleto. Esse resultado é semelhante ao encontrado para a condição de subocupação, sendo que, jovens com ensino médio completo ou superior incompleto de ambos os sexos apresentam menor probabilidade de estarem nesse estado. Cabe ressaltar que a probabilidade de estarem subocupados é menor para os jovens do sexo masculino em relação ao sexo feminino para todos os níveis educacionais. Ademais, jovens com superior completo, independente do sexo, possuem a maior probabilidade de estarem na subocupação por horas de trabalho e, apesar da probabilidade de subocupação ser negativa para todos os níveis educacionais para ambos os sexos, tendo ensino fundamental incompleto como referência, jovens do sexo feminino com

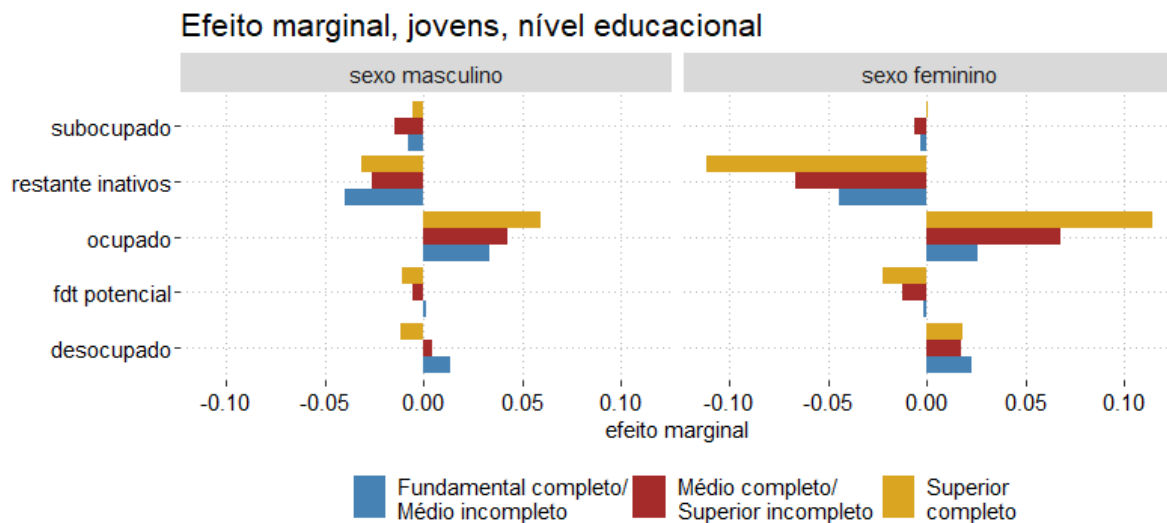
superior completo são uma exceção, visto que este grupo possui probabilidade positiva de estar na subocupação.

A probabilidade de estarem ocupados, para jovens que possuem ensino fundamental completo ou médio incompleto, é maior para homens do que para mulheres, porém para indivíduos com ensino médio completo ou ensino superior, a probabilidade é quase duas vezes maior para as mulheres. Os resultados encontrados para desocupação e ocupação estão de acordo ao observado por Pereira, Orellana e Aragón (2019) e por Cacciamali e Tatei (2017) de que indivíduos mais escolarizados possuem maior probabilidade de estarem ocupados.

A inatividade apresenta resultados diferentes entre os sexos, o efeito de possuir maior nível educacional é consideravelmente maior para as mulheres, sendo que, para esse grupo quanto maior o nível educacional possui menor probabilidade de estar na inatividade. Para homens, o mesmo não ocorre, para esse grupo, jovens com até ensino médio incompleto apresentam a menor probabilidade de estarem na inatividade e jovens com médio completo ou superior incompleto a maior. Jovens que possuem fundamental completo ou médio incompleto possuem a maior probabilidade de estarem na inatividade para ambos os sexos corrobora ao apresentado por Menezes-Filho, Cabanas e Komatsu (2013) de que jovens que não completaram o ensino médio possuem maior probabilidade de serem nem-nem. Por fim, conforme aumenta o nível educacional também aumenta a diferença entre homens e mulheres do efeito marginal de estarem na inatividade.

Cabe ressaltar que, a assimetria de informação que afeta os trabalhadores semi-qualificados, como apontado por Reis e Camargo (2005), atinge principalmente jovens com ensino fundamental completo ou médio incompleto, que possuem a maior probabilidade de estarem inativos ou desocupados e a menor probabilidade de estarem ocupados. Além disso, é possível perceber que apesar do nível educacional ser maior entre as mulheres (IBGE, 2020), elas ainda são um grupo muito vulneráveis, visto que apresentam maior probabilidade de estarem desocupadas e subocupadas independente do nível educacional e apenas possuem maior probabilidade de ocupação a partir do nível educacional que contempla ensino médio completo e superior incompleto. Além disso, o efeito do nível educacional é consideravelmente maior para as mulheres, isto é, o aumento nos anos de estudo reduz mais vulnerabilidade no mercado de trabalho para mulheres do que para homens, porém mulheres com superior completo ainda possuem a maior probabilidade de estarem subocupadas. Por fim, pode-se destacar que, como apontado por Barros (2021), as perdas de um jovem ter o direito à educação violado são permanentes ao longo da vida desse jovem e para a sociedade, visto que jovens menos escolarizados possuem, significativamente, menor probabilidade de estarem na condição de inatividade e maior probabilidade de estarem ocupados.

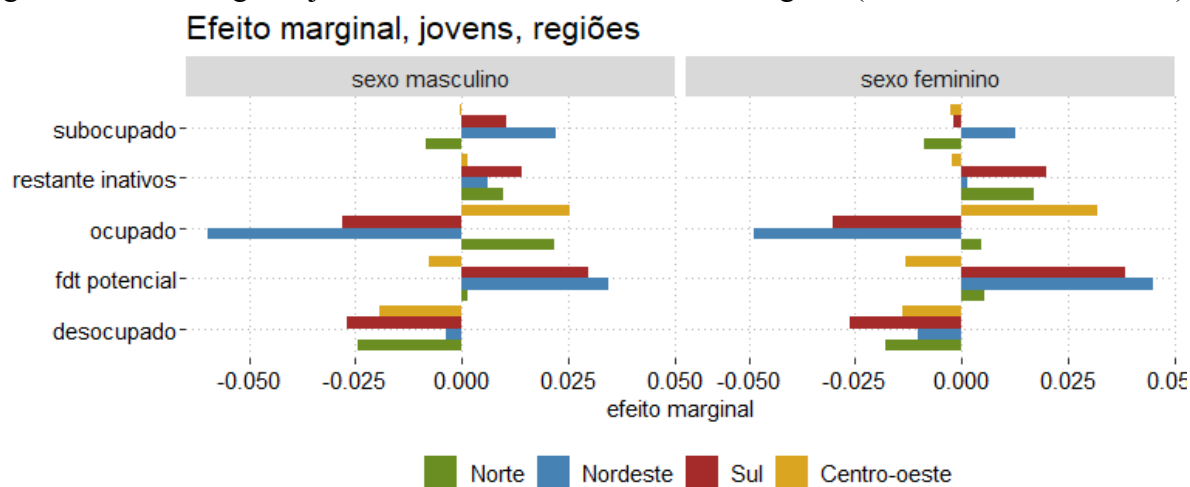
Figura 4: Efeito marginal, jovens sexo masculino e feminino, níveis educacionais (fundamental incompleto como referência)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD/T.

A Figura 7 apresenta como a vulnerabilidade do jovem no mercado de trabalho se expressa entre as regiões do Brasil. Sendo uma dimensão imprescindível da economia capitalista, o mercado de trabalho é um bom sintetizador das discrepâncias socioeconômicas que estruturam a sociedade e a economia brasileira, sendo assim um importante indicativo da permanência da estrutura desigual do tecido regional do país.

Figura 7: Efeito marginal, jovens sexo masculino e feminino, regiões (Sudeste como referência)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD/T.

Uma primeira análise dos atributos regionais pode ser feita a partir dos resultados de ocupação e desocupação, dados que trazem um boa representação sobre o mercado de trabalho jovem entre regiões. Nota-se que, em ambos os sexos, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam maiores probabilidades para a ocupação e menores probabilidades para a desocupação dos jovens, quando comparadas com a região Sudeste. Por outro lado, os jovens da região Nordeste apresentam as menores chances de estarem ocupados no mercado de trabalho, junto aos da região Norte, e maiores probabilidades de estarem desocupadas, junto aos da região Sudeste, expressando a persistência da histórica desigualdade regional do território brasileiro (FURTADO, 1977).

Analisando as outras condições de ocupação no mercado de trabalho, destaca-se os efeitos marginais da subocupação, que indicam que a população jovem nordestina possui maior probabilidade de estarem subocupadas, seja do sexo masculino ou feminino. Muita das vezes associada à precarização do trabalho, a subocupação é um indicativo de que o trabalho precário

é uma realidade mais incisiva entre os jovens da região Nordeste, uma vez que, encontrando barreiras à entrada no mercado, se sujeitam a uma ocupação precarizada que pode ser insuficiente para garantir uma renda que lhe dê acesso às condições mínimas de sobrevivência.

Por fim, um ponto fundamental resultante dos modelos é o efeito marginal da força de trabalho potencial, que, do ponto de vista demográfico, permite fazer relevantes análises nas relações entre meio ambiente e população (MARTINE, 1991). É um indicador que contribui para o olhar do planejamento diante do bônus demográfico, vinculando as dimensões espaço e tempo, tendo em vista que joga luz a uma população jovem “ociosa”, mas com potencial de ingressarem na força de trabalho. Como se percebe, a probabilidade do jovem estar na força de trabalho potencial é relativamente maior nas regiões Norte e Nordeste, em especial entre as mulheres. Nessas regiões, os resultados dos efeitos marginais mostram que, entre os que não estão ocupados, a maior probabilidade é de que estejam na força de trabalho potencial. Portanto, a janela de oportunidades associada à crescente necessidade de criar empregos decentes, encontra nas regiões Nordeste e Norte uma força de trabalho potencial para esses empregos. Soma-se a isso a demanda por processos econômicos que sejam ambientalmente sustentáveis, com potencial de conservação da biodiversidade, o que, como visto, encontram um campo fértil nessas regiões que possuem uma juventude mais vulnerável ao mercado de trabalho.

5. Considerações finais

Os resultados apresentados na análise apontam para um mercado de trabalho jovem estruturalmente desigual, além de corroborar com os estudos que mostram o jovem em uma situação crítica diante das crises econômicas e da difícil entrada no mercado de trabalho (CORSEUIL *et al.*, 2020, 2021). Os resultados das variáveis conjunturais do mercado de trabalho indicaram que jovens do sexo feminino foram consideravelmente mais afetadas pela pandemia, principalmente transitando para a inatividade. Em 2021, com o retorno de atividades presenciais de maior interação, ocorreu um retorno considerável dessas mulheres inativas à PEA, o que gerou aumento na probabilidade de estar ocupada, porém esse aumento veio acompanhado de aumento na probabilidade de subocupação e de desocupação. Ainda, é perceptível que o efeito da recessão a partir de 2015 afetou muito os jovens, independente do sexo, o que foi ainda mais agravado pela pandemia.

Em relação à forte dependência do estado prévio no mercado de trabalho, cabe ressaltar que o estado na primeira entrevista influencia positivamente o estado na segunda entrevista, evidenciando a dificuldade de mobilidade entre os estados. Esse fato aponta para a necessidade de um olhar atento ao estado do indivíduo no mercado de trabalho na realização de políticas públicas de inserção ou melhoria dos jovens no mercado de trabalho brasileiro.

Os resultados encontrados também apontam para a importância do nível educacional na condição do jovem no mercado de trabalho, visto que jovens mais escolarizados apresentam maior probabilidade de estarem ocupados e menor probabilidade de estarem na inatividade, na força de trabalho potencial e na desocupação. Ainda, apesar do nível educacional ser maior entre as mulheres, há uma desigualdade relevante entre os sexos na condição de ocupação considerando o nível educacional, visto que apresentam maior probabilidade de estarem desocupadas e subocupadas independente do nível educacional e apenas possuem maior probabilidade de ocupação a partir do nível educacional que contempla ensino médio completo e superior incompleto. Além disso, jovens do sexo feminino com superior completo possuem a maior probabilidade de estarem subocupadas, o que indica que a vulnerabilidade no mercado de trabalho de jovens do sexo feminino pode persiste mesmo com o aumento dos anos de estudo.

Ademais, diante da desigualdade regional observada no mercado de trabalho jovem, a força de trabalho potencial e a necessidade de criar empregos e empreendimentos voltados para a sustentabilidade ambiental, podem apontar para as regiões Norte e Nordeste como lugares

privilegiados para as políticas públicas que buscam um desenvolvimento socioeconômico integrado à reprodução da biodiversidade brasileira.

Portanto, o entendimento das características e da dinâmica da população jovem no mercado de trabalho se mostra um fator importante para o planejamento de políticas públicas no Brasil. Os estudos demográficos têm mostrado que, diante de uma transição demográfica acelerada, compreender as dinâmicas populacionais no espaço e no tempo tem sido uma questão necessária, não somente para a compreensão da realidade via conhecimento científico, mas principalmente para as tomadas de decisões dos agentes políticos e para a formulação de políticas públicas.

6. Referências

- ALBANESI, S.; KIM, J. The gendered impact of the COVID-19 recession on the US labor market. **National Bureau of Economic Research**, 2021.
- ALVES, J. E. D. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, 2020.
- BARROS, R. P. de. **Consequências da violação do direito à educação**. Editora Autografia, 2021.
- CARVALHO, J. A. M. de; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.22, n.2, p.351-369, jul./dez. 2005.
- CARVALHO, J. A. M.; RODRÍGUEZ-WONG L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(3):597-605, mar, 2008.
- CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: IPEA; FBSP, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>> Acesso em: 02 maio/2022.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. Custo da juventude perdida no Brasil. In: CORSEUIL, C.; BOTELHO, R. U. (Orgs.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014A.
- CERQUEIRA, D., MOURA, R. L. de. Demografia e homicídios no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014B.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Oportunidades laborais, educacionais e homicídios no Brasil. **Texto para Discussão**, 2019.
- CORSEUIL, C. H. *et al.* Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia de covid-19. **Nota Técnica, DISOCIPEA**, n. 92, 2021.
- CABANAS, P., KOMATSU, B. K., MENEZES-FILHO, N. O crescimento da renda dos adultos e as escolhas dos jovens entre estudo e trabalho. **Inspere Policy Paper** n.13. 2015.
- CACCIAMALI, M. A.; TATEI, F. Impacto do Desemprego e da Informalidade sobre a Empregabilidade e a Renda Futura do Jovem. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. 1ª ed. Brasília: Ipea, 2017.
- CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA. 2006.
- CORSEUIL, C. H. *et al.* **Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior Flexibilização**. Brasília, OIT, IPEA, 2020.
- CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013**. Brasília: OIT, 2015.
- CRUCES, G.; HAM, A.; VIOLLAZ, M. Scarring effects of youth unemployment and informality: Evidence from Brazil. **Documento de trabajo del CEDLAS**, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de la Plata, Argentina, 2012.

DE MEDEIROS FRIAS, L. A.; DE CASTRO OLIVEIRA, J. Níveis, tendências e diferenciais de fecundidade no Brasil a partir da década de 30. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 8, n. 1/2, p. 72-111, 1991.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: Nem desconstrução, nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, v.3, n.1, Belo Horizonte, 1993.

Gonçalves, G. Q., Carvalho, J. A. M. D., Wong, L. L. R., & Turra, C. M. A transição da fecundidade no Brasil ao longo do século XX—uma perspectiva regional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 36. 2019.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Educação 2019. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. ISBN 978-65-87201-09-2, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 28 mai/2022.

JACINTO, A. P; CAETANO, S. M. O efeito trabalhador adicional e desalento: uma análise para as regiões metropolitanas do nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 2, p. 351-364, 2011.

MARTINE, G. Desenvolvimento, Dinâmica Demográfica e Meio ambiente: repensando a agenda ambiental brasileira. **Documento de Trabalho nº1**: Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasília, julho de 1991.

MENEZES-FILHO, N., CABANAS, P., KOMATSU, B. K. A condição “Nem-nem” entre os jovens é Permanente? **Insper Policy Paper** n.7. 2013.

NERI, M. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia**. FGV Social: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>

PEREIRA, N. T. ; ORELLANA, V. S. Q. ; ARAGON, J. A. O. Determinantes da transição desemprego e emprego do jovem brasileiro. In: **Anais 47º Encontro Nacional de Economia**, 2019, São Paulo. 47º Encontro Nacional de Economia, 2019.

REIS, M. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 1, p. 125-143, 2015.

REIS, M. C. CAMARGO, J.M. Desemprego: o custo da desinformação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 3, p. 381-425, 2005

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Youth Employment in Times of COVID**. Geneva: ILO, 2021.

Vieira, C. S., Cabanas, P., Menezes-Filho, N., & Komatsu, B. K. (2016). Como as Mudanças no trabalho e Renda dos Pais afetam as Escolhas entre Estudo e Trabalho dos Jovens?. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 46(3), 33-61.

ANEXO

Tabela A1: Razão de risco relativo, jovens do sexo masculino, 18 a 24 anos

Referência (Ocupados)	Subocupado		Desocupado		Força de trabalho potencial		Restante dos inativos	
	Razão de risco relativo	P>z	Razão de risco relativo	P>z	Razão de risco relativo	P>z	Razão de risco relativo	P>z
Estado na primeira entrevista (Ocupados)								
subocupado	15,742	0	5,129	0	4,737	0	2,721	0
desocupado	5,385	0	27,506	0	12,482	0	9,543	0
fdt potencial	6,785	0	14,904	0	50,546	0	18,153	0
restante inativos	3,104	0	11,236	0	18,048	0	78,377	0
Cor (brancos)	0,922	0,05	0,878	0	0,895	0,006	1,115	0
Frequenta escola no domicílio (Chefes)	1,135	0,04	0,939	0,056	1,196	0	1,874	0
Conjuge	0,766	0,06	1,102	0,257	1,260	0,059	0,811	0,095
Filho/enteado	1,083	0,14	1,850	0	2,276	0	2,510	0
Outro	1,063	0,03	1,757	0	2,041	0	2,326	0
Idade (18 anos)		0,1						
19 anos	0,914	0,59	0,948	0,281	0,918	0,127	0,825	0
20 anos	0,949	0,32	0,831	0	0,771	0	0,748	0
21 anos	0,853	0,15	0,816	0	0,733	0	0,672	0
22 anos	0,828	0,05	0,709	0	0,662	0	0,571	0
23 anos	0,846	0,25	0,718	0	0,615	0	0,562	0
24 anos	0,754	0	0,662	0	0,533	0	0,550	0
Escolaridade (Fundamental incompleto)								
Fundamental completo/Médio incompleto	0,746	0	0,959	0,301	0,852	0,001	0,576	0
Médio completo/Superior incompleto	0,603	0	0,865	0	0,721	0	0,638	0
Superior completo	0,716	0,01	0,694	0	0,589	0,001	0,548	0
Região (Sudeste)								
Norte	1,448	0	0,919	0,035	2,110	0	1,335	0
Nordeste	2,144	0	1,260	0	2,681	0	1,410	0
Sul	0,905	0,138	0,763	0	0,758	0	0,892	0,008
Centro-Oeste	0,751	0	0,754	0	0,936	0,355	1,010	0,844
Área urbana	0,705	0	1,485	0	0,850	0	1,210	0

Área metropolitana	0,791	0	1,144	0	0,770	0	1,131	0
Ano (2012)		0,3						
2013	0,932	07	0,940	0,269	1,037	0,625	1,187	0,002
2014	0,901	44	1,034	0,548	0,886	0,118	1,190	0,001
2015	1,168	24	1,379	0	1,268	0,002	1,234	0
2016	1,237	02	1,887	0	1,739	0	1,291	0
2017	1,430	0	1,783	0	1,896	0	1,166	0,004
2018	1,522	0	1,703	0	1,949	0	1,137	0,016
2019	1,518	0	1,640	0	1,968	0	1,202	0,001
2020	1,591	0	2,128	0	3,361	0	1,312	0,002
2021	1,676	0	1,863	0	2,127	0	1,190	0,017
Constante	0,047	0	0,027	0	0,010	0	0,021	0
Número de observações	168.669							
Wald chi2(132)=	49346,13							
Prob>chi2=	0,000							
Pseudo R2=	0,3126							

Tabela A2: Razão de risco relativo, jovens do sexo feminino, 18 a 24 anos

Referência (Ocupados)	Subocupado		Desocupado		Força de trabalho potencial		Restante dos inativos	
	Razão de risco relativo	P>z	Razão de risco relativo	P>z	Razão de risco relativo	P>z	Razão de risco relativo	P>z
Estado na primeira entrevista (Ocupados)								
subocupado	18,843	0	4,773	0	4,986	0	2,539	0
desocupado	5,295	0	40,434	0	17,273	0	11,378	0
fdt potencial	8,955	0	23,808	0	76,792	0	27,573	0
restante inativos	3,540	0	15,024	0	24,478	0	80,738	0
Cor (brancos)	0,887	0,025	0,854	0	0,886	0,001	1,057	0,035
Frequenta escola	0,996	0,942	0,776	0	0,895	0,002	1,198	0
Condição no domicílio (Chefes)								
Conjuge	0,849	0,019	0,815	0,001	1,117	0,07	1,221	0
Filho/enteado	0,906	0,146	1,265	0	1,200	0,001	0,958	0,305
Outro	0,776	0,002	1,071	0,259	1,050	0,459	0,896	0,026
Idade (18 anos)								
19 anos	0,918	0,272	0,814	0	0,837	0,001	0,810	0

20 anos	0,843	0,024	0,791	0	0,773	0	0,754	0
21 anos	0,941	0,434	0,761	0	0,716	0	0,708	0
22 anos	0,833	0,018	0,769	0	0,682	0	0,680	0
23 anos	0,730	0	0,620	0	0,631	0	0,629	0
24 anos	0,861	0,243	0,652	0	0,600	0	0,561	0
Escolaridade (Fundamental incompleto)								
Fundamental completo/Médio incompleto	0,832	0,019	1,023	0,666	0,804	0	0,668	0
Médio completo/Superior incompleto	0,640	0	0,760	0	0,520	0	0,455	0
Superior completo	0,615	0	0,570	0	0,319	0	0,261	0
Região (Sudeste)								
Norte	1,112	0,131	0,997	0,947	2,156	0	1,401	0
Nordeste	1,733	0	1,237	0	2,574	0	1,387	0
Sul	0,806	0,002	0,739	0	0,674	0	0,806	0
Centro-Oeste	0,791	0,002	0,860	0,003	1,073	0,271	1,091	0,039
Área urbana	0,828	0	1,254	0	0,635	0	0,842	0
Área metropolitana	0,782	0	1,162	0	0,684	0	1,035	0,193
Ano (2012)								
2013	0,861	0,047	0,933	0,237	0,885	0,052	1,066	0,167
2014	1,056	0,557	1,007	0,907	0,810	0,001	1,049	0,311
2015	0,965	0,657	1,399	0	1,076	0,247	1,140	0,006
2016	1,216	0,011	1,761	0	1,337	0	1,179	0,001
2017	1,555	0	1,829	0	1,525	0	1,160	0,002
2018	1,564	0	1,635	0	1,571	0	1,112	0,026
2019	1,554	0	1,656	0	1,378	0	1,052	0,291
2020	1,693	0,001	2,037	0	2,636	0	1,480	0
2021	1,891	0	1,752	0	1,770	0	1,035	0,579
Constante	0,077	0	0,061	0	0,061	0	0,205	0
Número de observações	164582,000							
Wald chi2(132)=	55299,3							
Prob>chi2=	0							
Pseudo R2=	0,3204							